

## MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 25 DE ABRIL DE 2022

### 02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2021. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31760**, datado de **2022.04.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.04.18, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação dos documentos citados em epígrafe, nos termos da alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada) e bem assim da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do mesmo diploma legal. -----

----- Foi ainda remetido um link de acesso aos documentos acima referenciados, que foi reencaminhado a todos os seus membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, através da sua informação registada sob o n.º 29.454/2022, remeteu a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do Município, referentes ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- De seguida, o Chefe de Divisão de Gestão Financeira apresentou uma breve exposição no âmbito da matéria em análise (documentação anexa ao processo) -----

----- Finda a apresentação, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, agradecendo a exposição, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Gostaria de dar nota que o MOVE irá abster-se nesta votação, no Relatório e Prestação de Contas 2021, e deixar registado que o MOVE vê, com agrado, que o Município de Ourém caminhe na boa trajetória em relação às contas. -----

Deixar duas notas muito breves. Relativamente ao facto de ser indiscutível que o investimento aumentou, sobretudo num contexto de pandemia que vivemos durante 2021. Em relação também ao endividamento que, como acabamos de ver, está em queda, estando também no bom caminho. -----



Dar ainda nota, conforme dizia há pouco o senhor Presidente, o MOVE regista com apreço que haja um reforço no apoio ao associativismo que, digamos, é a força motriz do nosso desenvolvimento. -----

Pese embora o MOVE se abstenha, quero deixar registado que é com bom agrado que vemos que as Contas do Município de Ourém estão a ir no bom caminho. -----

Muito obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente de Câmara, se expurgarmos o valor das taxas pagas à Tejo Ambiente, o ano de 2021 foi o ano que os oureenses pagaram mais impostos, ou seja, os oureenses pagaram mais 700 mil euros do que no ano pré pandemia, 2019. Pagaram, num ano de pandemia, mais 700 mil euros do que no ano de 2019. Não sei quais as suas explicações para, num ano de grandes dificuldades, com o COVID-19 no seu auge, como é que os oureenses foram chamados a pagar tantos impostos. Uma outra questão, acha que faz sentido que o Município tenha 13,9 milhões de euros em contas de depósitos à ordem. 13,9 milhões de euros. -----

O fundo de maneiço vai em 3.11. Não sei se se confirma o nosso prognóstico que no fim deste mandato irá apresentar-se perto dos 20 milhões. -----

Uma questão mais técnica, tem a ver com as amortizações e depreciações. O ano passado, o resultado líquido foi negativo, da maneira que o conhecemos. O senhor Presidente de Câmara na sua comunicação do ano passado, nada disse sobre o resultado líquido, deve ter sido coincidência por ter sido negativo. Este ano, focou com agrado que tenha passado a positivo. Gostaria de perguntar, sabendo que se aplicasse uma taxa média de amortizações e depreciações, só do ano passado e melhor ainda dos últimos três anos, qual seria o resultado líquido do exercício.” -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Relativamente ao ponto em análise e tendo oportunidade de intervir em nome da bancada do PSD, em primeiro lugar e sem qualquer floreado, penso que é fundamental e de enorme justiça realçar que o Relatório de Gestão e Prestação de Contas agora conhecido, inerente ao exercício de 2021, apenas confirma e reforça o retumbante sucesso da estratégia levada a cabo pela equipa suportada pela coligação Ourém Sempre - CDS/PP, PPD/PSD e que lidera o município de Ourém desde 2017. -----



Confirma e reforça a linha com que esta equipa e estes partidos se apresentaram aos munícipes desde o primeiro dia: com rigor, com confiança e com muita sustentabilidade. Só desta forma é possível apresentar as contas municipais tão coesas e equilibradas num ano com inúmeros obstáculos, dos quais a pandemia aparece, mais uma vez, à cabeça. Vivendo um ano completo de pandemia, com a incerteza de quais os problemas que daí poderiam advir ou qual a gravidade da situação no mês seguinte e, por vezes, até na semana ou dia seguinte, é notável como, mesmo com esta grande condicionante, foi possível executar e liderar o município com o desempenho que já era perceptível na comunidade, mas que agora se confirma através da leitura factual deste documento. -----

Nesta intervenção poderia ser dado destaque a inúmeros aspetos que efetivamente mereciam realce, mas iria tornar-se numa intervenção bastante maçadora e demasiado técnica, até porque são mesmo muitos os itens que mereciam esse destaque. Desta forma, falarei apenas em 5 aspetos que são demonstrativos da qualidade apresentada no exercício, podendo, como já disse, ter optado por muitos outros: -----

1. Em primeiro lugar, saliento o Investimento total num valor acima dos 14 M€, superior em mais de 530 mil euros ao já impressionante valor de investimento que tinha sido apresentado em 2020. Em anos com a pandemia a atrapalhar e com a saúde financeira que agora se demonstra é, de facto, notável, batendo novamente o valor de maior investimento dos últimos largos anos; -----
2. Em segundo lugar destacava a inexistência de pagamentos em atraso e de um prazo médio de pagamento de 19 dias. As entidades públicas devem dar o exemplo e servir de orientação ao resto do país de como funcionar. Este é um ponto que ajuda também as empresas e fornecedores em tempos difíceis como os que vivemos e aumenta a confiança no município. Pena que o Estado Central não faça o mesmo, como por exemplo se verifica na dívida já demasiado antiga que tem para com o município de Ourém relativa à renda das instalações onde se encontra a PSP; -----
3. Em terceiro lugar, o aumento de mais 4,6% na verba destinada às freguesias e que no ano de 2021 ascendeu a um montante na ordem de 1,5 M €. Está mais do que provado que com o mesmo dinheiro os municípios conseguem fazer muito mais que o estado central, e que, em muitos casos, o mesmo se aplica com as freguesias relativamente aos municípios. É com base nesta premissa que se tem reforçado a importância das





freguesias no concelho e que neste ano se viu aumentar, mais uma vez, a delegação de competências ao nível da rede viária municipal e apoios ao investimento variado, independentemente da cor partidária de quem as lidera, ao contrário do que por vezes se verificou no passado; -----

4. Em quarto lugar, será importante falar das rubricas dedicadas à Cultura, Desporto e Tempo Livres que no ano de 2021 viram o seu valor obter um acréscimo surpreendente de quase 50%. O Executivo percebeu que devido à pandemia era fundamental cuidar da mente das pessoas, muitas delas já muito afetadas com o bombardeamento de notícias diário, com o teletrabalho ao mesmo tempo que os filhos tinham aulas à distância, ao uso das máscaras e a tantas outras situações. Em termos absolutos este aumento foi de mais de 500 mil €, num valor total de cerca de 1,7 M €. O expressivo aumento nestas rubricas adquirem especial relevo dado que tantas vezes são associados como temas privilegiados por ideologias mais à esquerda. No entanto, o Município de Ourém suportado pelo CDS/PP e pelo PSD, no ano de 2021, aplicou 3,5 vezes mais do seu orçamento em Cultura e Desporto do que o Governo liderado pelo PS com o apoio da restante esquerda, cujo valor aplicado não chegou se quer a 1%. ----
5. Por último, salienta-se a dívida a terceiros situar-se no valor mais baixo desde 2002, num valor de cerca de 6,4 M €. Como todos sabem, ter dívida tem custos, aliás basta submetermos o IRS e o estado informa-nos através de um gráfico de queijinhos muito elucidativo que cerca de 10% dos nossos impostos são para pagar assuntos relacionados com a dívida pública. Ora, se o dinheiro é gasto em juros não pode ser gasto naquilo que realmente melhora a qualidade de vida das pessoas. Para que melhor se perceba, caso se aplicasse o exemplo do país ao nosso município, o valor que o município gastaria com a dívida pública seria superior a 5 M € por ano! Assim, o facto de este executivo ter conseguido diminuir a dívida para este valor é ainda mais notável quando ao mesmo tempo que o consegue, além de não demonstrar qualquer abrandamento, ainda apresenta investimento e obras por todo o concelho numa dinâmica nunca antes vista; -----

Sustentado nestes 5 pontos que aqui falei, acredito ser inequívoco reiterar aquilo que o Presidente aqui disse na sua intervenção: o resultado do exercício de 2021 está em coerência absoluta com a estratégia de rigor da qual este executivo nos habituou desde o início,



precisamente a mesma que tem vindo a contribuir decisivamente para o equilíbrio financeiro das contas municipais. -----

Por último, gostaria ainda de desmontar os 3 principais argumentos que a oposição socialista tem feito a este executivo em geral e ao documento em análise em particular que me parece que apenas comprovam o bom trabalho do executivo face à debilidade dos argumentos, mas vejamos: -----

1. Investimentos apenas no ano eleitoral – o ano anterior, em 2020, já tinha sido um dos anos com maior investimento relativamente aos últimos quase 20 anos e não era ano eleitoral o que deita desde logo por terra a acusação. No entanto, o facto do investimento não se ter revelado logo em 2018 e 2019 apenas mostram que o trabalho desenvolvido pelo executivo entrado no final de 2017 só começou a dar os seus maiores frutos mais tarde e nada mais que isso. O PS apenas por demagogia ou por não ter mais nada para apontar é que utiliza este argumento pois sabe perfeitamente o estado em que estavam os projetos em 2017 na Câmara de Ourém e também sabe que, numa gestão municipal, dificilmente se consegue planear e executar projetos de grande monta como os que foram ou estão a ser executados em mais curto espaço de tempo; -----
2. Incapacidade para cumprir com o orçamento do lado da despesa – deve-se, principalmente a três fatores, transversais ao país e que toda a gente tem perfeita noção: -----
  - Burocracia inerente ao desenvolvimento das empreitadas, principalmente nas maiores devido à necessidade de visto do Tribunal de Contas – conforme explanado pelo Dr. Fernando marques e que não vale falar com mais detalhe porque foi explicado muito melhor do que eu conseguiria; -----
  - Pandemia – alterou tudo nas nossas vidas, criou muitas dificuldades que não existiam, diminuiu a velocidade de andamento de muitos processos por variadíssimas razões, levou a uma elevada taxa de absentismo por doença ou isolamento, obrigando várias vezes a alterar prioridades em função da gravidade da situação, à rotura de stock de muitos produtos e à quebra de cadeias de valor por todo o mundo, etc. etc. É impossível e demagógico alguém querer que um



município durante uma pandemia tenha um comportamento perfeitamente normal como se a pandemia não existisse; -----

- o Obras de construção civil – existe uma falta extrema de mão-de-obra, atrasos em entregas de materiais, não existência de stocks, entre outros factores que tem levado a atrasos por todo o país. É o sector onde trabalho e portanto conheço-o bem. Se noutra altura qualquer impedimento pontual durante uma obra podia ser facilmente recuperável levando os contratos a não derraparem, hoje isso não é possível no país, não só em Ourém. -----

3. O último argumento é e passo a citar “Município tem uma forte capacidade em captar receitas devido às características do Município independentemente de quem seja executivo camarário” – eu por acaso até concordo com parte da afirmação porque concordo que o concelho tem uma forte estrutura empresarial mas, se assim é, antes de 2017 essas características intrínsecas ao Município não existiam? É que não se viu investimento parecido nos anos de governação socialista. Mais, o que não falam quando utilizam este argumento é que este executivo tem apoiado as empresas, dando mais condições para que elas possam laborar e instalar-se no nosso concelho, criando riqueza de forma a possibilitarem também elas melhor qualidade de vida às pessoas, aumentando ao mesmo tempo as receitas do município. Mas sabem porque não dizem essa parte? Porque essa já não é independente de quem seja o executivo camarário. ---

A intenção da bancada do PSD é obviamente de votar favoravelmente o Relatório de Gestão do Município e Prestação de Contas referentes ao ano económico de 2021.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Das três intervenções, a do senhor deputado do MOVE, não tenho nada a acrescentar, apenas agradecer os dados que aqui trouxe. Ao senhor deputado Tiago Vieira, a mesma situação. -----

Em relação ao senhor deputado Nuno Baptista, tenho de dizer duas ou três coisas. Senhor deputado, temos de distinguir o aumento de impostos. Há quatro imposto que contribuem para este valor: IMI; Derrama, que são os únicos impostos em que a fixação da taxa está dependente do Município. Tanto um como outro, a sua receita diminuiu. Pergunto, se nós tivéssemos as taxas de IMI e de Derrama iguais àquelas que o Partido Socialista tinha na Câmara Municipal não eram 700 mil euros que tinha aumentado a receita, era mais de dois





milhões de euros. IMI e Derrama são taxas que estão dependentes de nós que nunca estiveram tão baixas e os impostos diminuíram. Se tivéssemos as taxas que os senhores deixaram tinham subido muito mais. Os impostos que subiram, IUC; IMT, devem-se à grande dinâmica empresarial do nosso concelho. Os senhores deveriam estar satisfeitos com essa situação. São taxas que dependem do Governo, não dependem de nós. Os impostos que subiram são dois impostos dos quais não fixamos taxas, depende do Governo. O IMI, conforme foi dito, baixou. Derrama, há uma variação de 8 mil euros e refere-se ao exercício de 2020, ano da pandemia, onde os resultados foram mais baixos. -----

Depósitos à ordem, 13,9 milhões de euros. Parece-me que o Dr. Fernando Marques, hoje, explicou cabalmente a razão disso acontecer, fazendo uma explanação plena. São aspetos técnicos claramente identificados que não se passam, apenas na Câmara de Ourém, mas um pouco em todo o país porque é o que temos na burocracia. Conforme disse, por vezes, há obras prontas a iniciar, totalmente cabimentadas, mas que só se podem iniciar passados seis meses e, isso, obviamente, atrasa a execução. Nós quanto a isso nada podemos fazer. -----

Amortizações. Convido o senhor deputado a ver o volume das amortizações de municípios idênticos ao nosso, com a mesma dimensão. Não vou elencar, mas veja o volume de amortizações que o nosso Município tem, cerca de 10 milhões de euros este ano, comparando com outros que, talvez nem metade têm, com a mesma dimensão. Isto é suficientemente elucidativo sobre a forma como as contas, não é só de agora, já vem do passado, são aqui apresentadas. O valor das amortizações contribui, como deve saber, para o resultado final do exercício. -----

Muito obrigado” -----

**----- DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADO POR MAIORIA, COM 06 ABSTENÇÕES – 05 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE; 28 VOTOS A FAVOR – 26 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 01 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 34 PRESENÇAS. -----**

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 25 de abril 2022. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,